

Ádria Mayara da Silva  
Adriana Di Bernardi  
Camila Schwinden Lehmkuhl  
Leolíbia Luana Linden  
Luiza Morgana Klueger Souza  
Michelle dos Santos Witkowski  
**ORGANIZADORAS**

# **A função social da Arquivologia na contemporaneidade.**

**ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
2022**

# **A função social da Arquivologia na contemporaneidade**

Florianópolis, SC

2022

### Ficha catalográfica

Elaborada por Heloisa Costa – CRB 14/977

F982

A função social da Arquivologia na contemporaneidade / Camila Schwinden Lehmkuhl ... [et al.] (organizadores) – Florianópolis: AAESC, 2022.

398 f. ; il; 21 x 29,7 cm ; Recurso eletrônico .

Disponível em: <https://aaesc.org.br/>

Bibliografia.

ISBN 978-65-990750-1-8

1. Arquivologia. 2. Arquivos - contemporaneidade. 3. Função Social - Arquivos. I. Título.

CDU 930.25

# OARS e a construção de sua metodologia para monitoramento da implementação das Políticas Públicas no RS - de 2017 a 2021

*OARS and the construction of its methodology for monitoring the implementation of Public Policies in RS - from 2017 to 2021*

**Ângela Hendler Mota (1), Valéria Raquel Bertotti (2), Francisco Weliton Oliveira Araujo Souza (3), Márcia Rodrigues de Sena (4)**

PAPEARQ/UFRGS, Rua Ramiro Barcelos nº 2705 - Porto Alegre/RS,  
ginha.mota@gmail.com (1) valeria.bertotti@ufrgs.br/oars\_papearq@ufrgs.br (2)  
franciscowosouza@gmail.com (3) mrodriguesdesena@gmail.com (4)

## Resumo

Este artigo apresenta o processo de construção da metodologia de pesquisa aplicada no projeto Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul (OARS) durante os anos de 2017 a 2021. Para sua composição foram utilizados os registros das reuniões, assim como os documentos produzidos e/ou publicados pelo grupo durante todo esse período de trabalho. Dessa forma, o artigo acompanha o passo a passo das decisões dos pesquisadores e o processo de avaliação atenta dos acertos quanto a metodologia e sua reavaliação ao longo dos anos. À vista disso, após terem sido definidos o instrumento de pesquisa, a forma de envio (e-SIC) e suas etapas, como também o escopo inicial (Prefeituras e Câmaras Municipais), foi possível o início da coleta de dados em 2019. Essa fase de envio dos pedidos de informação foi finalizada no segundo semestre de 2020, contabilizando mais de 1500 pedidos encaminhados. Quanto às respostas dos órgãos municipais, estas foram recebidas através do e-mail do projeto ou através do próprio sistema e-SIC da Prefeitura ou da Câmara. Logo após, uma cópia digital era salva e compartilhada com o grupo através do ambiente virtual de aprendizagem Moodle Colaboração – UFRGS. Assim, cada resposta foi tabulada em um grupo de planilhas específicas e resultou nas primeiras análises quantitativas do projeto. Estas análises fazem parte do 1º Relatório Técnico do OARS publicado pela Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2021. Atualmente, a equipe está trabalhando para dar andamento ao Módulo II - Detalhamento Geral em relação às Câmaras e às Prefeituras com base no questionário elaborado em 2017-2018. Além disso, o grupo está produzindo um mapa dos arquivos do Rio Grande do Sul com o resultado do primeiro módulo e prosseguindo com as análises qualitativas das respostas recebidas.

**Palavras-chave:** Arquivo; Pesquisa em Arquivologia; Políticas Públicas Arquivísticas; Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul.

## Abstract

This article presents the process of construction of the research methodology applied in the Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul (OARS) project during the years 2017 to 2021. For its composition, the records of the meetings were used, as well as the documents produced and/or published by the group throughout this working period. In this way, the article follows the step by step of the researchers' decisions and the process of careful evaluation of the successes regarding the methodology and its reassessment over the years. In view of this, after defining the research instrument, the form of submission (e-SIC) and its stages, as well as the initial scope (City Halls and Municipalities), it was possible to start data collection in 2019. This The sending phase of requests for information was completed in the second half of 2020, with more than 1500 requests forwarded. As for the responses from Organs municipal bodies, they were received through the project email or through the e-SIC system of the City Hall or the Chamber. Soon after, a digital copy was saved and

shared with the group through the virtual learning environment Moodle Collaboration - UFRGS. Thus, each answer was tabulated in a group of specific worksheets and resulted in the first quantitative analysis of the project. These analyzes are part of the 1st OARS Technical Report published by Universidade Santa Maria in 2021. Currently, the team is working to proceed with Module II - General Detailing in relation to the Chambers and Municipalities based on the questionnaire prepared in 2017-2018. In addition, the group is producing a map of the Rio Grande do Sul files with the results of the first module and is also continuing the qualitative analysis of the responses received.

**Keywords:** Archive; Research in Archival Science; Public Archival Policies; Rio Grande do Sul Archives Observatory.

## 1 INTRODUÇÃO

Passados 31 anos da promulgação da Lei nº 8.159/1991, a chamada Lei de Arquivos, o Brasil ainda não vivenciou a sua plena implementação. Se por um lado a complexidade de um país continental e federalista contribuiu para este cenário, por outro, a não formulação e implantação de políticas públicas de arquivos, tanto em âmbito nacional quanto estadual e municipal, tornam apenas pontuais as ações que visam o tratamento e preservação dos documentos de arquivos e a disponibilização e acesso às informações públicas. Pelas mesmas razões, o conhecimento sobre a real situação dos arquivos e sobre o cumprimento por parte do poder público de seu dever em efetuar uma “gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991) é desafiador.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, os trabalhos desenvolvidos sobre o tema trazem resultados sobre um ou outro município e, algumas vezes, mostram apenas um olhar comparativo a partir do recorte de uma microrregião. Foi com o intuito de reunir informações atualizadas sobre a situação das instituições arquivísticas públicas no estado, principalmente o que diz respeito às políticas arquivísticas, que o Observatório de Arquivos do RS (OARS) foi criado. Formalizado como um projeto de pesquisa, ele tem por objetivo desenvolver ações de pesquisa destinadas a monitorar a implementação das políticas públicas de arquivo previstas pela legislação nas instituições arquivísticas e/ou custodiadoras de arquivos, no âmbito público nos três níveis e nas esferas administrativas de governo presentes do Estado.

Desenvolvido no âmbito do Programa de Acompanhamento, Pesquisa e Estudos em Arquivos (PAPEARQ – UFRGS/UFSC) o projeto foi idealizado, discutido e construído no período entre os anos de 2017 a 2018 e caracteriza-se por seu cunho quali-quantitativo, predominantemente descritivo. Nos dois anos seguintes (2019 e 2020), a metodologia foi executada e no ano de 2021 o primeiro levantamento de informações foi publicado (BERTOTTI *et al*, 2021) e encaminhado às instituições alvo da pesquisa.

O trabalho aqui apresentado é baseado nos registros das reuniões do grupo de pesquisadores, assim como nos documentos produzidos e/ou publicados pelos mesmos durante todo esse período de trabalho. Este visa detalhar o processo de construção e as estratégias de implantação da metodologia de pesquisa do OARS. O processo conta com a avaliação atenta dos acertos quanto a metodologia e sua reavaliação ao longo dos anos.

## **2 CONSTRUINDO A METODOLOGIA**

O primeiro ano foi marcado por reuniões de construção e detalhamento da metodologia de pesquisa. O grupo contava com a participação de oito pesquisadores (1 da UFRGS e 7 externos). Era necessário o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa específicos e estratégias de implantação com vistas a identificar em que medida a política nacional de arquivos era cumprida pelo poder público no Estado do Rio Grande do Sul. Em consonância, era necessário que este projeto acompanhasse o desenvolvimento das ações de implantação, ou criação destas políticas. Desta forma, seria possível a longo prazo um monitoramento dos avanços em relação às políticas arquivísticas.

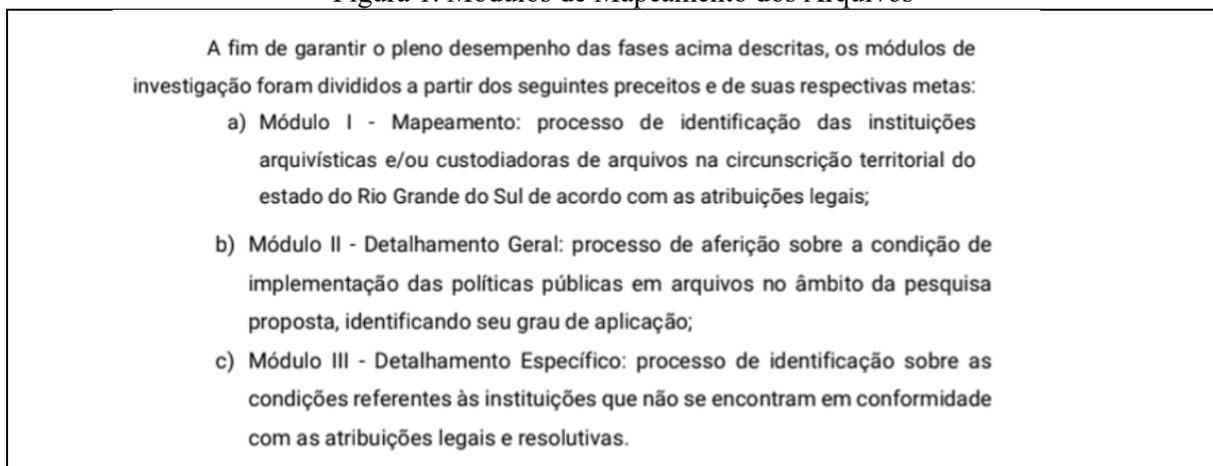
Delineou-se então que o projeto contemplaria no âmbito público os três níveis (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) e as esferas administrativas (Federal, Estadual, Municipal) de governo presentes no estado.

Inicialmente, elaborou-se o instrumento de pesquisa, um questionário em torno de vinte perguntas, tendo sido desenvolvido a partir da legislação arquivística brasileira vigente e as Resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) com destaque para a Resolução nº 27/2008, que dispõe sobre o dever do Poder Público de criar e manter arquivos para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010). O questionário contemplava quatro áreas, através de questões de múltipla escolha, divididas em: I - Identificação da Instituição (10 questões); II – Política de gestão documental (9 questões); III – Política de acesso (6 questões); IV – Atividades educativas e culturais (1 questão).

A partir das discussões, foi identificada a importância de o questionário ter linguagem clara, objetiva, de fácil preenchimento e que contemplasse os arquivos públicos formais e os informais localizados no estado. Aprofundando as discussões sobre as diferentes realidades dos arquivos e para que se pudesse montar um questionário com estas características, abrangendo a complexidade dos entes mencionados, o grupo definiu que haveria três módulos

de abordagem. O primeiro módulo trataria de identificar os arquivos que estariam de acordo com as Resoluções do Conarq. O segundo módulo estaria incumbido de detalhar esses locais identificados com de acordo com as resoluções. E o terceiro módulo se voltaria para a identificação dos arquivos informais. A seguir o trecho do projeto de pesquisa lançado em 2018.

Figura 1. Módulos de Mapeamento dos Arquivos



Fonte: Bertotti e Cougo Junior (2018).

Inicialmente, cada módulo contaria com seis fases:

- 1) a elaboração do instrumento de coleta de dados e do material de apoio;
- 2) o “pré-teste” - cada instrumento seria submetido a, pelo menos, cinco “pré-testes” diferentes antes do início de sua implementação. Composto nesta fase, além dos testes prototípicos, a avaliação e readequação dos instrumentos conforme o relato advindo das instituições participantes da fase;
- 3) a implementação geral - fase especificada nas estratégias de implementação;
- 4) a análise - seria feita ao longo do projeto a partir da identificação das respostas;
- 5) o tratamento - a partir de um “plano de gestão de dados” o projeto contaria com a parceria do Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa (CEDAP/UFRGS);
- 6) a publicização dos dados.

As versões seguintes do questionário inicial trouxeram a inclusão de questões abertas a fim de que fosse possível conhecer a forma de organização do arquivo, e o acréscimo do elemento “desconheço” nas questões de múltipla escolha. Já as discussões posteriores, pautaram na diminuição do número de questões, bem como a generalização dos enunciados

visando atender ao Módulo I - identificação dos arquivos que estariam de acordo com as Resoluções do Conarq.

Outra preocupação do grupo foi a necessidade de desenvolvimento de um material de apoio (texto de apresentação do projeto, vídeos, folders e/ou glossário) para acompanhar o instrumento de pesquisa, a fim de esclarecer aos respondentes possíveis dúvidas quanto aos termos para preenchimento do questionário. Assim, houve a construção de um instrumento completo com a terminologia arquivística e que, ao mesmo tempo, possa ser compreendido por todos os respondentes independente de sua formação.

A última versão desse questionário inicial ficou estruturada em três sessões, cada uma possuindo um texto explicativo para seu preenchimento e contando com o glossário de apoio. Essas três sessões são elencadas a seguir:

- I. Identificação geral (instituição, cargo e nome do respondente);
- II. Identificação institucional (5 questões de múltipla escolha e 1 aberta);
- III. Política Nacional de Arquivos - subdividida em Gestão documental, Gestão Eletrônica de Documentos e Terceirização (total de 15 questões de múltipla escolha).

No primeiro semestre de 2018, iniciaram-se os pré-testes desse questionário e foi percebido que ele ainda abrangia uma quantidade de informações maior que o necessário para a identificação inicial das instituições arquivísticas e/ou custodiadoras. Nesse ponto, houve a preocupação de que, neste primeiro contato, parte do público-alvo desistisse de responder. Preferiu-se, então, encaminhar duas perguntas abertas, porém ainda formuladas de forma direta e com informações que possibilitasse um mapeamento mais geral sobre as instituições públicas arquivísticas. Este instrumento ficou formalizado a partir de questões centrais, com subdivisões para complementação, conforme a Figura 2.

Figura 2. Pedido de Informação enviado às Prefeituras e Câmaras do RS

<p>1. A Câmara/Prefeitura possui arquivo?</p> <p>1.1. Em caso afirmativo informe:</p> <p>a) Nome e contato da instituição;</p> <p>b) Cargo e contato do responsável pela instituição;</p> <p>c) Lei de criação da instituição (se possível encaminhar cópia digital ou link para o documento).</p> <p>1.2. Em caso negativo informe qual o órgão/departamento e/ou setor responsável pela gestão documental e proteção dos documentos de arquivo.</p> <p>2. A Câmara/Prefeitura possui uma política pública arquivística e/ou um sistema de arquivos? Em caso afirmativo informe a legislação de criação (se possível encaminhar cópia digital ou link para o documento).</p>
---

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Estando decidida a versão final das perguntas desse primeiro módulo de identificação, a forma de envio do instrumento de pesquisa passou a ser a pauta das discussões dos pesquisadores. Era do entendimento do grupo que a pesquisa deveria propiciar meios a fim de sensibilizar o maior número de participantes a responderem ao questionário. Assim, a proposta inicial contemplava o encaminhamento de convites para participação. Eles seriam dirigidos diretamente ao órgão máximo da estrutura administrativa, sendo que cada ente teria a possibilidade de indicar um responsável para efetuar a atividade como respondente. Dessa forma, além de estimular a participação, pretendia-se que os órgãos máximos da administração tomassem conhecimento sobre a realização da pesquisa.

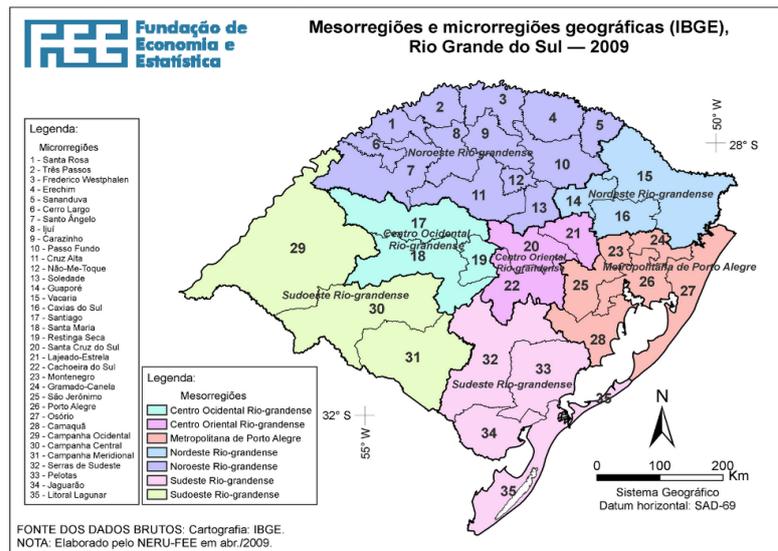
Entretanto, outros trabalhos em que essa estratégia estava sendo utilizada não vinham demonstrando um bom número de retorno. Assim também, percebeu-se que o envio neste formato, geraria um volume maior de documentos a serem preservados pela equipe do projeto (como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Diante disto, optou-se pelo uso Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) [1], contido nos sítios eletrônicos dos referidos órgãos.

### 3 AS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Devido à enorme amplitude de instituições a serem investigadas (os três níveis — poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — e as esferas administrativas de governo — Federal, Estadual, Municipal), definiu-se que a pesquisa teria início pelos municípios gaúchos, direcionada às Prefeituras e Câmaras Municipais. Mesmo assim, o número de consultas continuaria extenso, contabilizando no mínimo 994 pedidos de informação. Por isso, optou-se então por iniciar a pesquisa com a adoção de um zoneamento geográfico

amplamente utilizado por instituições de pesquisa do Rio Grande do Sul e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse zoneamento é uma divisão cartográfica da região em mesorregiões e microrregiões, conforme a Figura 3.

Figura 3. Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul



Tendo sido definida a adoção do zoneamento geográfico, o envio aos órgãos respondentes ficou estruturado em etapas a partir das microrregiões, conforme Tabela 1. Esta estratégia otimizou a implementação tornando-a factível sua execução. Ela também possibilitou maior controle do processo de envio dos pedidos e sua conferência. Além disso, foi possível iniciar a análise parcial e regionalizada sobre os respondentes [2].

Tabela 1. Etapas de Implementação

Etapas	Mesorregiões	Microrregiões	total de municípios
1	Centro Ocidental Rio-Grandense	18 - Santa Maria	44
		19 - Restinga Seca	
	Metropolitana de Porto Alegre	26 - Porto Alegre	
2	Centro Ocidental Rio-Grandense	17 - Santiago	49
		25 - São Jerônimo	
	Metropolitana de Porto Alegre	27 - Osório	
		28 - Camaquã	
3	Metropolitana de Porto Alegre	23 - Montenegro	50
		24 - Gramado-Canela	
	Sudeste Rio-Grandense	33 - Pelotas	
		35 - Litoral Lagunar	
4	Sudeste Rio-Grandense	32 - Serras de Sudeste	53
		34 - Jaguarão	
	Sudoeste Rio-Grandense	29 - Campanha Ocidental	
		30 - Campanha Central	
		31 - Campanha Meridional	
	Centro Oriental Rio-Grandense	20 - Santa Cruz do Sul	
5	Centro Oriental Rio-Grandense	21 - Lajeado-Estrela	50
	Nordeste Rio-Grandense	16 - Caxias do Sul	
6	Nordeste Rio-Grandense	14 - Guaporé	49
		15 - Vacaria	
		11 - Cruz Alta	
7	Noroeste Rio-Grandense	10 - Passo Fundo	49
		12 - Não-Me-Toque	
		7 - Santo Ângelo	
8	Noroeste Rio-Grandense	1 - Santa Rosa	56
		6 - Cerro Largo	
		8 - Ijuí	
		9 - Carazinho	
9	Noroeste Rio-Grandense	2 - Três Passos	47
		3 - Frederico Westphalen	
		13 - Soledade	
10	Noroeste Rio-Grandense	4 - Erechim	49
		5 - Sananduva	

Fonte: Bertotti e Cougo Junior (2018).

Conforme pode ser visto na tabela 1, as mesorregiões Centro Ocidental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre e Sudeste Rio-grandense foram, respectivamente, as primeiras a terem suas microrregiões analisadas. Esta escolha foi devido ao fato de as três mesorregiões contarem com universidades federais responsáveis pela oferta de formação em Arquivologia (UFSM, UFRGS e FURG) e o legítimo interesse de saber sobre a situação dos arquivos de suas regiões.

Considerando ainda a perspectiva das áreas próximas às referidas universidades, na sequência foram elencadas as mesorregiões Sudoeste, Centro Oriental, e, em seguida, as mesorregiões Nordeste e Noroeste, respectivamente. Destaca-se que a mesorregião Noroeste Rio-Grandense, abrange um total de 215 municípios, número que reafirma a opção por considerá-la nas últimas etapas de implementação da pesquisa.

#### 4 MAPEANDO OS ARQUIVOS

Havendo definido o instrumento de pesquisa (Figura 2), a forma de envio (e-SIC), a abrangência inicial (Prefeituras e Câmaras Municipais) e as etapas de envio (tabela 1), era necessário identificar os sítios oficiais na internet juntamente com os e-SICs e efetuar os encaminhamentos.

Nesta fase, iniciada no ano de 2019, o projeto contava com o envolvimento de cinco

pesquisadores e cinco acadêmicos de iniciação científica. Para melhor desenvolvimento do trabalho, houve a divisão em três grupos de trabalho.

O primeiro grupo foi incumbido do levantamento dos endereços dos sítios eletrônicos e e-SICs das Prefeituras e Câmaras Municipais. Para os casos em que o órgão não disponibilizasse este serviço ou o mesmo apresentasse falha em seu acesso, foram levantados também os endereços de correio eletrônico institucional ou do gabinete de prefeito/presidente.

Encarregado da elaboração do material explicativo, o segundo grupo montou uma cartilha sobre os arquivos e um glossário técnico com a terminologia utilizada no primeiro questionário elaborado. Com linguagem simplificada, este material tem o objetivo de facilitar a compreensão por parte de todos os respondentes e irá acompanhar os instrumentos de pesquisa nos módulos II e III da pesquisa (Figura 1).

O terceiro grupo, ficou responsável pelo envio dos pedidos e pela sistematização dos dados recebidos. Essa atividade foi organizada através de uma planilha de controle compartilhada com o grupo de pesquisadores. Na planilha ficaram registrados os dados de localização e identificação dos órgãos, conforme Figura 4.

Figura 4. Planilha de controle de envios (1ª parte)

1	A	B	C	D	E	F		G
						Contato		
2	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO - E1		ÓRGÃOS	Link LAI	E-mail	Telefone	
3	19 - Microrregião de Restinga Seca	Agudo	16.461	Câmara Municipal	<a href="https://www.agudo.rs.leg.br/ouvidoria">https://www.agudo.rs.leg.br/ouvidoria</a>			
4	26 - Microrregião de Porto Alegre	Alvorada	210305	Câmara Municipal	<a href="https://www.camara-alvorada.rs.gov.br/portal/ouvidoria">https://www.camara-alvorada.rs.gov.br/portal/ouvidoria</a>			
5	26 - Microrregião de Porto Alegre	Araricá	5698	Câmara Municipal		<a href="mailto:sic@camaraararica.rs.gov.br">sic@camaraararica.rs.gov.br</a>		
6	18 - Microrregião de Santa Maria	Cacequi	12561	Câmara Municipal	<a href="http://sistemas.hardsoftsa.com.br/sic/cacequicm/usuario/">http://sistemas.hardsoftsa.com.br/sic/cacequicm/usuario/</a>			
7	26 - Microrregião de Porto Alegre	Cachoeirinha	130293	Câmara Municipal	<a href="http://www.cmcachoeirinha.rs.gov.br/index.php/fele-sonosco/ouvidoria">http://www.cmcachoeirinha.rs.gov.br/index.php/fele-sonosco/ouvidoria</a>	<a href="mailto:ouvidoria@cmcachoeirinha.rs.gov.br">ouvidoria@cmcachoeirinha.rs.gov.br</a>		
8	26 - Microrregião de Porto Alegre	Campo Bom	66712	Câmara Municipal	<a href="http://177.10.5.162:8080/multi24/sistemas/transparencia/?secao=acesso_informacao">http://177.10.5.162:8080/multi24/sistemas/transparencia/?secao=acesso_informacao</a>	<a href="mailto:contato@camaracb.rs.gov.br">contato@camaracb.rs.gov.br</a>		
9	26 - Microrregião de Porto Alegre	Canoas	346616	Câmara Municipal	<a href="https://www.camara Canoas.rs.gov.br/?sec=fele-sonosco">https://www.camara Canoas.rs.gov.br/?sec=fele-sonosco</a>	<a href="mailto:protocolo@camaracanoas.rs.gov.br">protocolo@camaracanoas.rs.gov.br</a>		
10	18 - Microrregião de Santa Maria	Dilermando de Aguiar	3014	Câmara Municipal	<a href="https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-018/con_registro_pedidoinformacao.faces">https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-018/con_registro_pedidoinformacao.faces</a>			
11	19 - Microrregião de Restinga Seca	Dona Francisca	3.041	Câmara Municipal	<a href="http://www.cmvdonaf Francisca.rs.gov.br/transparencia/e-sic-acesso-a-informacao/e-sic-pedido-de-informacoes">http://www.cmvdonaf Francisca.rs.gov.br/transparencia/e-sic-acesso-a-informacao/e-sic-pedido-de-informacoes</a>	<a href="mailto:cmvdonaf Francisca@bol.com.br">cmvdonaf Francisca@bol.com.br</a>		
12	26 - Microrregião de Porto Alegre	Eldorado do Sul	41285	Câmara Municipal	<a href="https://www.camaraeldorado.rs.gov.br/?sec=sic">https://www.camaraeldorado.rs.gov.br/?sec=sic</a>			
13	26 - Microrregião de Porto Alegre	Estância Velha	50022	Câmara Municipal	<a href="https://www.estancia Velha.rs.leg.br/copy_of_ouvidoria/++add++Claim?">https://www.estancia Velha.rs.leg.br/copy_of_ouvidoria/++add++Claim?</a>	<a href="mailto:poderlegislativo2.ev@gmail.com">poderlegislativo2.ev@gmail.com</a>		
14	26 - Microrregião de Porto Alegre	Esteio	83202	Câmara Municipal	<a href="https://www.esteio.rs.leg.br/">https://www.esteio.rs.leg.br/</a>	<a href="mailto:camara.esteio@esteio.rs.leg.br">camara.esteio@esteio.rs.leg.br</a>		
15	19 - Microrregião de Restinga Seca	Faxinal do Soturno	6677	Câmara Municipal	<a href="http://www.cmfaxinaldosoturno.rs.gov.br/transparencia/acesso-a-informacao/pedido-de-informacoes">http://www.cmfaxinaldosoturno.rs.gov.br/transparencia/acesso-a-informacao/pedido-de-informacoes</a>			
16	19 - Microrregião de Restinga Seca	Formigueiro	6664	Câmara Municipal	<a href="https://www.formigueiro.rs.leg.br/">https://www.formigueiro.rs.leg.br/</a>	<a href="mailto:camaraformigueiro@gmail.com">camaraformigueiro@gmail.com</a>		
17	26 - Microrregião de Porto Alegre	Glorinha	8098	Câmara Municipal	<a href="https://www.camara glorinha.rs.gov.br/sic-acompanhamento">https://www.camara glorinha.rs.gov.br/sic-acompanhamento</a>			
18	26 - Microrregião de Porto Alegre	Gravataí	2815191	Câmara Municipal	<a href="https://www.camara gravatai.rs.gov.br/pedido-informacao">https://www.camara gravatai.rs.gov.br/pedido-informacao</a>			

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

Nesta planilha, além dos itens já mencionados, foram registrados os dados sobre o envio dos pedidos de informação e o tempo de resposta dos órgãos públicos. Para aqueles que não responderam dentro do prazo de 30 dias, foi realizado um segundo envio do Pedido de Informação, a fim de propiciar a participação do maior número de respondentes.

A atividade de envio dos pedidos de informação foi finalizada no segundo semestre de 2020. Foram mais de 1.500 pedidos encaminhados, sendo que o número de tentativas de

acesso aos canais de comunicação sem se conseguir de fato o envio do questionário não foi mensurado, mas estima-se algo acima de 3 mil. Essas tentativas sem sucesso ocorreram, porque alguns sítios eletrônicos apresentaram problemas no acesso ao e-SIC no momento da consulta, o que fez com que a equipe retornasse em momentos diferentes para nova tentativa.

Quanto às respostas dos órgãos municipais, estas foram recebidas através de e-mail do projeto [3] ou através do próprio sistema e-SIC da Prefeitura ou da Câmara. Por conseguinte, uma cópia digital era salva e disponibilizada no ambiente virtual de aprendizagem Moodle Colaboração – UFRGS. Assim, cada resposta foi tabulada em um grupo de planilhas específicas e resultou nas primeiras análises quantitativas do projeto. Estas análises fazem parte do 1º Relatório Técnico do OARS publicado pela Universidade Federal de Santa Maria (BERTOTTI *et al.*, 2021) em junho de 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O OARS foi elaborado com o intuito de monitorar a implantação das políticas públicas no Rio Grande do Sul ao longo dos anos. O projeto conta com a participação de pesquisadores ligados à área acadêmica da Arquivologia, como também, pesquisadores que se encontram no seu exercício profissional em outras instituições. Esta característica contribui nas discussões que resultaram na constituição dos instrumentos de pesquisa, módulos de investigação e estratégias de implementação.

A alteração na metodologia que resultou na utilização do e-SIC para consulta veio a contribuir com os dados recebidos no quesito da confiabilidade. Além disso, novas informações e percepções somaram-se ao trabalho como a disponibilização ou não dos e-SICs e o tempo que a Prefeitura ou Câmaras municipais levaram para responder ao pedido de informação. Assim também, a redução no número de questões encaminhadas aos órgãos participantes, contribuiu na celeridade da tabulação dos dados, o qual possibilitou, entre outras informações, identificar locais com arquivos instituídos por instrumento legal e os arquivos informais.

Observou-se que as planilhas de controle e de tabulação, assim como o detalhamento dos procedimentos, contribuíram para que o grupo mantivesse o padrão durante a pesquisa e o registro da informação. Estes foram importantes pontos para a sistematização e análise quantitativa dos resultados.

Atualmente, a equipe está trabalhando para dar andamento ao Módulo II – *Detalhamento Geral* em relação às Câmaras e às Prefeituras. O questionário elaborado em

2017-2018 está servindo de base para a formulação do instrumento de pesquisa deste segundo módulo. Além disso, o grupo está produzindo um mapa dos arquivos do RS com o resultado do primeiro módulo e seguem as análises qualitativas das respostas recebidas.

Em suma, trabalhar com as respostas encaminhadas pelos e-SICs das Prefeituras e Câmaras Municipais resultou em uma perspectiva mais abrangente a respeito da compreensão que estas instituições possuem sobre a gestão e a preservação dos documentos de arquivo que registram as ações governamentais ou as atividades de rotina. Documentos inestimáveis estes que garantem direitos, transparecem as ações dos governos e registram o desenvolvimento do município.

Esse contato também possibilitou que instituições demonstrassem interesse no aperfeiçoamento de seu trabalho e vontade de aprofundar seu conhecimento na área dos arquivos. Esse ponto é deveras importante para o grupo, na medida em que propicia que o OARS atinja parte de seu objetivo de servir como fonte de informações e debate a respeito do assunto.

## Notas

[1] Com o Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão é possível protocolar requerimentos em meio eletrônico para obter informações específicas dos órgãos públicos. Este serviço faz parte das estratégias de implementação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso e a divulgação das informações dos órgãos públicos. (BRASIL, 2011).

[2] Esse processo inicial de análise pode ser conferido no Trabalho de Conclusão do autor Doralino Fábio Matos de Souza com o título de *Políticas públicas de arquivo: arquivos de prefeituras municipais no Rio Grande do Sul* (SOUZA, 2019).

[3] Os endereços de correio eletrônico do projeto – oars\_papearq@ufrgs.br ou oars2\_papearq@ufrgs.br – foram utilizados para cadastro nos sistemas e-SICs, envio dos pedidos por correio eletrônico e identificados como meio preferencial para recebimento das informações.

## REFERÊNCIAS

BERTOTTI, V.R.; COUGO JUNIOR, F.A. (coord.). **Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul**: projeto. Porto Alegre: PAPEARQ, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/papearq/?projects=project-delta>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BERTOTTI, V. R.; COUGO JUNIOR, F. A.; DIEDRICH, A. P.; MOTA, A. H.; SOUZA, D.

R. M.; SOUZA, F. W. O. A.; MELLO, L.O.; SENA, M.R. **Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul**. Santa Maria, 2021. Relatórios Técnicos do Departamento de Arquivologia, v. 2, n. 1. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/darq-arqsoc-06-2021-ans>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. [Lei de Acesso à Informação]. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 21 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008**. Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos [...]. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-27-de-16-de-junho-de-2008>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (RS). **Mesorregiões e microrregiões geográficas (IBGE), Rio Grande do Sul - 2009**. Porto Alegre: FEE, 2009. Disponível em: [http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/micro\\_mesorregioes\\_rs\\_2009.pdf](http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/micro_mesorregioes_rs_2009.pdf). Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, D. F. M. de. **Políticas públicas de arquivo: arquivos de prefeituras municipais no Rio Grande do Sul**. 2019. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212490>. Acesso em: 10 jan. 2022.